TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

20 de abril de 2017|Número 046

BOLETIM INFORMATIVO

FETEC CUT
Centro Norte

TUXAUA

Notícia

BOLETIM INFORMATIVO

20 abril de 2017l 046

Congresso da Fetec-CUT/CN aprova plano de ação para a próxima gestão

Tarefa mais imediata é organizar a greve do dia 28 contra a reforma da previdência e outros ataques aos trabalhadores. Paridade na direção foi aprovada por unanimidade

Os 148 delegados e delegadas presentes ao 10º Congresso da Fetec-CUT/CN, que está sendo realizado em Cuiabá, aprovaram nesta terça-feira 18 o plano de ação para a gestão que comandará a Federação no quadriênio 2017/2020, que terá como tarefa imediata organizar a greve geral do dia 28 contra a reforma da previdência e outros ataques do governo ilegítimo de Michel Temer e em defesa dos direitos dos trabalhadores. O Congresso se encerra nesta quarta-feira 19, com a aprovação de um plano de lutas e a eleição da nova direção da entidade.

Nesta terça, segundo dia do encontro, os delegados fizeram ainda o balanço da gestão 20014/2017 e aprovaram a prestação de contas da entidade e o novo estatuto da Federação, além de discutirem o conteúdo do caderno de subsídios preparado pela Fetec-CUT/CN, que trouxe um panorama do sistema financeiro nacional, as mudanças rápidas que ocorrem no setor em razão da introdução de novas tecnologias, o que afeta o emprego, além de muitos dados sobre saúde do trabalhador e condições de trabalho, segurança bancária, as campanhas nacionais do último período e as conquistas da categoria, o papel dos bancos públicos e a luta dos bancários por igualdade de oportunidades.

PARIDADE: Durante o debate sobre o novo estatuto foi aprovado, por unanimidade, a paridade na direção da Fetec-CUT/CN a partir do próximo congresso.

Os principais pontos do plano de ação aprovado pelo 10º Congresso é o seguinte:

• Só a luta vai barrar a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. A Fetec-CUT/CN e os sindicatos filiados devem desenvolver esforço máximo na organização e realização da greve geral de 28 de abril, não apenas na mobilização da categoria bancária, mas também se juntar com sindicatos de outras categorias e com os movimentos sociais e ir pras ruas convencer os trabalhadores e a sociedade a lutarem por seus direitos e a combaterem o governo golpista.

• O acordo de dois anos com a Fenaban permitirá que as entidades sindicais bancárias dediquem mais tempo na discussão e mobilização de temas urgentes para a categoria (como defesa do emprego, mais saúde e melhores condições de trabalho, igualdade de oportunidades e segurança bancária) e na organização sindical e dinamização da ação da Fetec- CUT/CN, não apenas em nossa base territorial mas contribuindo ainda mais no debate nacional, por exemplo dentro da Contraf-CUT e do Comando Nacional dos Bancários.

• Nesse sentido, a Fetec-CUT/CN deve fortalecer a atuação das Comissões de Empresa por banco e dos coletivos temáticos no âmbito da Federação, fazendo pesquisa junto aos dirigentes e junto aos bancários, para que se faça radiografia completa da região, além de criar fórum ordinário de articulação das COEs e dos coletivos, com reuniões a cada quatro meses para discutir de forma conjunta a estratégia e os planos de ação. Finalizar o Congresso com a indicação de no mínimo um nome de cada sindicato que serão integrantes de cada coletivo (Ramo Financeiro, Juventude, Comunicação, Saúde etc...).

• Ampliar o debate e fortalecer os coletivos de juventude.

• Ampliar o debate político sobre conjuntura nas diretorias da Federação e dos sindicatos e produzir material de comunicação sobre temas conjunturais, para fazer a disputa ideológica com o capital e seus portavozes da grande mídia monopolista.

• Buscar a aproximação com a sociedade em cada base sindical.

• Fortalecer o debate sobre a questão do crédito na região Centro Norte, uma vez que ela sedia vários bancos públicos federais e estaduais. Constituir Grupo de Trabalho envolvendo todos os sindicatos da base para elaborar projeto de fortalecimento dos bancos públicos e da importância do crédito no desenvolvimento econômico e socioambiental da região.

• Da mesma forma, criar GT com participação de todas as entidades filiadas para discutir o SFN e a construção do ramo e definir estratégia para buscar a representação e fazer a defesa dos trabalhadores das financeiras, correspondentes bancários etc..

• Instituir fórum de discussão e proposição de políticas públicas na região Centro Oeste (transporte, moradia, educação, saúde, crédito etc.), numa parceria entre a Fetec-CUT/CN, as CUTs estaduais (vários de seus presidentes são bancários) e os movimentos sociais da nossa base territorial. Esse fórum também será importante para articular as mobilizações em defesa dos interesses da classe trabalhadora

• Realizar estudo dos efeitos das novas plataformas (digitais) e das reestruturações, na saúde do trabalhador bancário.

• Formação referente à saúde do trabalhador bancário, combate à depressão, portadores das doenças mentais e psicossomática, “Avanços das Plataformas Digitais x LER DORT”.

• Propor aos sindicatos mapa de afastamento dos bancários em dois pontos: afastamento mentais e afastamentos por “LER/DORT”.

• Ações de comunicação instrumentos: redes sociais, rádios, carros de som, rua.

• Promover estudo localizado nas causas mais urgentes ou emergentes.

• Promover o fortalecimento das ações coletivas (políticas públicas).

• Realizar minicursos do Seminário sobre a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e outros temas de relevância para a classe trabalhadora.

• Cobrar o INSS através de documento pelo cumprimento do NTP (Nexo Técnico Previdenciário).

• Cobrar a execução das ações regressivas, que está na lei 8.213, que trata da negligência pela empresa em acidente de trabalho, a mesma deve ressarcir os cofres do INSS.

• Promover estudo Incorporação da realidade Bradesco e HSBC.

• Promover Encontro de Mulheres.

• Promover pesquisa qualitativa para construir o seminário de mulheres.

• Participação das mulheres nos cargos mais relevantes.

• Investir na formação das mulheres bancárias.

• Fortalecer a Secretaria de Mulheres. Disponibilizando recursos para formação feminista na base da Fetec.

• Aprofundar também as discussões dos temas indígenas, quilombolas, LGBT, étnicos raciais e geracionais e pessoas com necessidades especiais.

• Orientar a contratação de jornalistas para assessoria de comunicação nos sindicatos em tempo real.

• Fortalecer o projeto de formação sindical dos dirigentes, delegados sindicais e militantes, instituindo a formatação de cursos online. A formação precisa tomar contornos de resistência e esperança, de construção de dignidade no trabalho e de cidadania. Com diretrizes classistas e democráticas, considerando os recortes de raça, gênero, orientação sexual, juventude, emprego e desemprego, meio ambiente, saúde, solidariedade de classe.

Os temas que devem ser contemplados no projeto formativo da Fetec-CUT/CN são os seguintes:

- Organização social e luta de classes;

- Capitalismo e trabalho;

- Formação da classe trabalhadora no Brasil;

- Contribuição dos conceitos anarquistas, comunistas, socialistas, trabalhistas na formação do movimento operário e sindical brasileiro;

- Sindicalismo brasileiro nos diversos períodos históricos;

- Novo sindicalismo e criação da CUT;

- Organização e Representação Sindical de Base;

- Sindicatos: papeis, planejamento e gestão;

- Organização e Representação Sindical de Base;

- Sindicato, relações de trabalho e sistema financeiro;

- Reestruturação, terceirização e condições de trabalho;

- Negociação Coletiva;

- Disputa da hegemonia na sociedade: comunicação, linguagem, redes sociais, tecnologias digitais, oratória;

http://www.feteccn.com.br/noticia/congresso-da-fetec-cutcn-aprova-plano-de-acao-para-a-proxima-gestao/

Bancários do Centro Norte encerram Congresso com eleição da nova diretoria da Fetec-CUT/CN

A gestão para o quatriênio 2017/2020 será presidida por Cleiton Silva, do Banco do Brasil, ex-presidente do Sindicato e da CUT Rondônia

O 10º Congresso da Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), que começou na segunda-feira 17 em Cuiabá, terminou na tarde desta quarta 19 com a eleição e posse da nova diretoria que comandará a entidade no quadriênio 2017/2020. Uma única chapa que concorreu, a Chapa Coragem e Atitude, tem na presidência Cleiton Silva, funcionário do Banco do Brasil em Rondônia.

"É com muita alegria e expectativa que assumo essa tarefa imensa. Sabemos dos desafios que estão colocados para a nova direção e obrigatoriamente dos sindicatos filiados. Estamos num momento crucial da nossa história. A maneira como a classe trabalhadora enfrentará os ataques do governo ilegítimo de Michel Temer definirá o rumo do movimento sindical no Brasil", afirmou Cleiton em seu pronunciamento de posse.

"O desafio é gigantesco, especialmente para nós bancários, que estamos no centro dos ataques dos golpistas. Para definir a nossa chapa não havia outro nome a não ser Coragem e Atitude. Precisamos de coragem para enfrentar tantos obstáculos. E atitude para irmos com disposição à luta. Vocês podem esperar de mim uma pessoa com coragem e atitude", acrescentou o novo presidente da Fetec-CUT/CN.

A nova diretoria

Presidência: Cleiton Silva, do Banco do Brasil, do Seeb Rondônia.
Vice-presidência: Sebastião Tavares, do Bradesco, do Seeb Rondonópolis-MT.
Secretaria-geral: Sonia Rocha, Bradesco, do Seeb Mato Grosso.
Secretaria de Finanças: Conceição Costa, Itaú, do Seeb Brasília
Secretaria de Assuntos Jurídicos: José Avelino, Bradesco, do Seeb Brasília.
Secretaria de Organização do Ramo Financeiro: Clever Bonfim, do Sintraf Ride.
Secretaria de Formação Sindical: Jacy Afonso, Banco do Brasil, do Seeb Brasília.
Secretaria de Imprensa: Sérgio Trindade, Banco da Amazônia, do Seeb Pará.
Secretaria de Relações e Políticas Sindicais: Arílson Silva, Santander, do Seeb Mato Grosso.
Secretaria de Relações Institucionais: Márcio Saldanha, Santander, do Seeb Pará
Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho: Juliano Braga, Bradesco, do Seeb Brasília.
Secretaria de Política de Igualdade: Carlos Longo, BB, do Seeb Dourados (MS).
Secretaria de Bancos Privados: Neide Rodrigues, Bradesco, do Seeb Campo Grande (MS).
Secretaria de Bancos Públicos: André Nepomuceno, BRB, do Seeb Brasília.
Secretaria de Política Socioambiental: Edson Gomes, Caixa, Sintraf Amapá.
Secretaria de Cooperativas de Crédito: José Pinheiro, Bradesco, Seeb Rondônia.
Secretaria da Mulher: Maria Aparecida, BRB, do Seeb Brasília.
Secretaria da Juventude: Edmar Batistela, Bradesco, do Seeb Acre.
Secretaria de Combate ao Racismo: Manoel Parreira, do Simbama-MT.

http://www.feteccn.com.br/noticia/bancarios-do-centro-norte-encerram-congresso-com-eleicao-da-nova-diretoria-da-fetec-cutcn/

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

20 de abril de 2017 | 046

Artigo

Reforma trabalhista: a formiga virou elefante

O novo texto do projeto, mais amplo, cria um ambiente institucional favorável à redução estrutural do custo do trabalho e do poder dos sindicatos

Clemente Ganz Lúcio*

A reforma trabalhista está na agenda do Congresso Nacional a partir de proposta encaminhada, em dezembro de 2016, pelo governo Michel Temer. Este projeto de Lei, apesar de tratar de um número bastante limitado de questões, trazia, na primeira formulação, polêmicas que exigiam, para uma boa solução acordada, grande debate e cuidadoso processo negocial e legislativo. Nessa primeira quinzena de abril, o relator da comissão especial que trata do assunto, deputado Rogério Marinho, apresentou um relatório que altera substantivamente o projeto encaminhado pelo Executivo. A formiga transformou-se em elefante.

O novo texto do projeto, agora apresentado pelo relator, mexe na organização e no financiamento sindical, altera o processo de negociação, confere novos poderes aos instrumentos que celebram os acordos, cria outras atribuições para a Justiça do Trabalho, dá força de quitação a novos atores, reconfigura inúmeros direitos trabalhistas e procura oferecer garantias a inúmeras práticas empresariais combatidas pelo movimento sindical e rejeitadas pelos trabalhadores. O projeto busca fazer uma limpeza legislativa, submetendo o aparato institucional e legal ao mercado, garantindo às empresas condições para se adequar à competição e concorrência e à busca da rentabilidade espúria por meio de práticas de superexploração do trabalho.
A abordagem permite criar um ambiente institucional favorável a uma redução estrutural do custo do trabalho e permanente flexibilização para cenários futuros. A legislação autorizará a redução e os sindicatos terão a coluna de proteção fragilizada.

É a desregulação do trabalho, com a oferta de amparo legal a inúmeras práticas empresariais hoje proibidas na lei, impedidas pela interpretação da justiça ou dificultadas pela ação sindical.

Para enfrentar os conflitos existentes nas relações sociais de produção e na distribuição do resultado, as sociedades democráticas criaram sistemas de relações de trabalho para normatizar as relações de produção. Os sindicatos se firmaram como sujeitos de representação coletiva e agentes históricos voltados para tratar dos conflitos existentes na produção e distribuição da riqueza. As condições de trabalho, os contratos, os salários e os direitos passaram a ser regulados por acordos diretos entre as partes ou por uma legislação geral e específica. A combinação desses elementos constituiu os complexos e diferentes sistemas de relações de trabalho.

Em funcionamento há mais de sete décadas, baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o sistema de relações de trabalho brasileiro passou por diversas atualizações. Em alguns momentos, negociações foram interrompidas e desvalorizadas, em outros, retomadas e fortalecidas. Conflitos foram resolvidos provisoriamente e, às vezes, de maneira precária. O sistema sindical consegue proteger boa parte da força de trabalho, mas grande contingente permanece sem proteção. Há ainda muito para ser alterado para proteger a todos no mundo do trabalho.

Qualquer mudança deve, no entanto, ser antecedida de amplo debate entre trabalhadores e empregadores, com participação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A construção de qualquer proposta tem de ser feita em espaço de negociação, com o desenho completo de todos os elementos do sistema de relações de trabalho, a fim de configurar um projeto que enfrente e supere os problemas identificados. As novas regras seriam a base para orientar um novo padrão de relações laborais.

É preciso que fique bem claro: o entendimento é um requerimento essencial e condição necessária para o sucesso das mudanças. Isso somente será possível se o processo de mudança for resultado de efetivo espaço de negociação, no qual a mediação social promovida pelo diálogo se oriente pelo projeto de desenvolvimento nacional que se quer perseguir.

O desenho das mudanças exige muitos exercícios que simulem resultados esperados, assim como esboços diversos de transição. Esse tipo de negociação e pactuação exige tempo, método, continuidade, assiduidade, compromisso, disponibilidade para pensar o novo, segurança para arriscar e vontade compartilhada para acertar. Demanda, fundamentalmente, desenvolver confiança no espaço de conflito, envolvimento de trabalhadores, empregadores e do Legislativo, Executivo e Judiciário.

A complementariedade entre a legislação e os acordos coletivos deve ser buscada por sindicatos fortes e representativos, capazes de firmar contratos em todos os níveis e de dar solução ágil aos conflitos, apoiados por um Estado que promova e proteja a força produtiva (empresa e trabalhadores) e melhore a distribuição dos resultados por meio do direito social e das políticas públicas. Nesse sentido, existe um campo de possibilidades para a construção de projetos de reforma, muito diferente daquilo que se apresenta hoje na agenda do debate público no Brasil.
No jogo social, as derrotas impostas no campo da regulação ampliam os conflitos, aumentam a insegurança e travam as relações. Na produção, reduzem a produtividade. No desenvolvimento do País, provoca retrocessos.

É urgente mudar o rumo desse processo legislativo, a fim de evitar riscos de aumento de conflitos que travarão ainda mais o desenvolvimento do Brasil.

*É diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/reforma-trabalhista-a-formiga-virou-elefante

Leia mais:

Projeto de Reforma trabalhista: um escárnio!
Valdete Souto Severo - Juíza do Trabalho

http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/18/projeto-de-reforma-trabalhista-um-escarnio/

Reforma Trabalhista, que já era péssima, conseguiu piorar
Angelo Antônio Cabral - Mestre em Direito USP. Atua na área Trabalhista Coletiva e Individual.

http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/13/reforma-trabalhista-que-ja-era-pessima-conseguiu-piorar/

TUXAUA

Notícias

BOLETIM INFORMATIVO

20 de abril de 2017 | 046

Rodrigo Maia reedita Cunha e faz manobra para aprovar urgência

Mesmo com o embuste, governo conseguiu apenas 30 votos a mais do que o necessário

Renan Truffi

A Câmara dos Deputados viu seu presidente, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fazer uma manobra, na noite desta quarta-feira 19, para conseguir a aprovação de um requerimento que coloca em regime de urgência a proposta de Reforma Trabalhista.

A solicitação já havia sido rejeitada na sessão de terça 18, quando o governo não conseguiu os 257 votos necessários para a aprovação. Mas, um dia depois, foi colocada em votação novamente e acabou sendo aprovada, por 287 votos a 144. O embuste era algo conhecido da gestão de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – ex-presidente da Câmara condenado a 15 anos de prisão.

Apesar do resultado positivo para o governo, a votação indica um descontrole da base aliada por parte do Palácio do Planalto. Foram apenas 30 votos a mais do que o necessário para fazer passar um simples requerimento. Maia e a os parlamentares governistas já haviam cogitado tentar a manobra na terça, logo após o revés, mas recuaram por receio de um novo resultado negativo.

Mesmo diante de críticas, a estratégia adotada pelo governo para conseguir aprovar a urgência foi a de estender a sessão até que o quórum alcançasse o maior número possível. No momento da segunda votação, início da noite, eram 432 parlamentares presentes. A oposição usou cartazes e os discursos para acusar Rodrigo Maia de usar o "método Cunha" no Congresso.

Além disso, os caciques partidários passaram o dia pressionando os parlamentares que haviam votada contra a urgência no dia anterior. Isso porque até o mesmo o PMDB, partido do presidente Michel Temer, havia registrado oito votos contrários ao regime de urgência na primeira votação -- foram 8 traições de um total de 48 votos. O líder do PMDB, deputado Baleia Rossi (PMDB-SP), por exemplo, pressionou os "traidores" e conseguiu reverter o número de votos contrário para cinco.

A aprovação do regime de urgência para a reforma trabalhista abre a possibilidade da proposta poder ir à votação em Plenário nas próximas sessões. O assunto, no entanto, somente deve voltar a ser analisada em Plenário na semana que vem.

https://www.cartacapital.com.br/politica/rodrigo-maia-reedita-cunha-e-manobra-para-aprovar-urgencia?_authenticator=3db7b11165d0cec2785438f5e42a41ae8b35e170

Leia também:

Governo atropela e aprova urgência para reforma trabalhista
http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/04/governo-atropela-aprova-urgencia-reforma-trabalhista

Manobra para acelerar votação da reforma trabalhista é antidemocrática, diz advogada

https://www.brasildefato.com.br/2017/04/19/manobra-para-acelerar-votacao-da-reforma-trabalhista-e-antidemocratica-diz-advogada/

Votação da Reforma da Previdência é adiada para maio

Sob pressão, governo recua e estuda mudanças no texto

Agência Câmara

Após pressão dos movimentos sindical e sociais nos aeroportos e da oposição no Congresso, o governo recuou da votação do relatório final da Reforma da Previdência na Comissão Especial da Previdência, na Câmara dos Deputados.

Carlos Marun (PMDB-MS) anunciou que a votação será no dia 2 de maio. Na semana que vem, o relatório será lido e debatido entre os dias 25 e 27 de abril. O governo previa que o texto seria votado com maior antecedência, mas foi obrigado a ceder.

O sinal de alerta do governo acendeu ontem, quando perdeu uma importante votação na Casa, que definiria o pedido de urgência na tramitação da Reforma Trabalhista, também bancada pelo presidente ilegítimo Michel Temer. Além disso, pesquisas organizadas por jornais indicam que a base governamental está ruindo.

“Após muita espera, finalmente conhecemos hoje o parecer da base governista sobre a reforma da Previdência. O Governo recuou em alguns pontos, mas nem de longe representa avanço na proposta. Esse recuo só mostra a farsa do argumento técnico e econômico. Não existe rombo. A pressão das ruas tem chegado até o Governo, que começa a ficar acuado. Não vamos parar. Dia 28, vamos dar o nosso recado: nenhum direito a menos”, afirmou a deputada Luizianne Lins (PT-CE).

Arthur Maia (PPS-BA), relator da Reforma da Previdência, já anunciou que fará mudanças no texto. O parlamentar pretende reduzir a idade de aposentadoria de policiais para 55 anos e mulheres para 62 anos.

http://cut.org.br/noticias/votacao-da-reforma-da-previdencia-e-adiada-3c3a/

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

20 de abril de 2017 | 046

Análise

Direitos roubados: o fim do breve ciclo de cidadania social no Brasil

Qual a legitimidade desse governo para implantar a "toque de caixa" um projeto liberal ao extremo que interditará o futuro do País?

Eduardo Fagnani

Há menos de cem anos, a sociedade brasileira era majoritariamente formada por analfabetos rurais submetidos aos resquícios da escravidão. A natureza da cidadania no Brasil é o avesso de outras experiências nacionais, como a Inglaterra, por exemplo, onde os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais foram consagrados nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Aqui, ironicamente, os "direitos sociais" precederam os demais, emergindo a partir de 1930 e inaugurando uma longa etapa de "cidadania regulada" pelo Estado patrimonialista.

É nesta perspectiva histórica que se compreende o período 1988-2016 como um ciclo inédito de democracia e ampliação dos espaços públicos. A Constituição de 1988 inaugurou etapa também inédita de construção da cidadania, desenhando-se um sistema de proteção social inspirado em alguns valores do Estado de Bem-Estar Social: universalidade (em contraposição à focalização); seguridade social (em contraposição ao seguro); e direito (em contraposição ao assistencialismo). Aos trancos e barrancos, abriram-se brechas para que o incipiente processo civilizatório avançasse moderadamente.

Hoje, está claro que esse foi um ciclo improvável, quase um devaneio, por caminhar na contramão da concorrência capitalista sob a dominância das finanças, menosprezar as travas do passado e ousar arranhar o status quo social secularmente dominado pelos donos do Brasil.

As reações contrárias começaram ainda em 1988. É emblemática, quanto a isso, a tese do "país ingovernável", esgrimida pelo presidente da República, José Sarney (1985-90) na luta para tentar impedir, a qualquer custo, que a Assembleia Constituinte aprovasse o capítulo sobre a Ordem Social, que foi afinal aprovado.

Assim, desde o primeiro momento, as classes dirigentes conspiraram para impedir ou sepultar a Constituição. A reação começou antes mesmo de o livro impresso sair da gráfica do Congresso, intensificou-se agudamente a partir de 1990, teve sequência na primeira metade da década passada e, após curta trégua, retoma seu curso em marcha odiosamente antidemocrática e antipopular.

O golpe parlamentar de 2016, por suposto “crime fiscal”, expressa, dentre outros fatores, a vontade dos detentores da riqueza de liquidar a incipiente cidadania social formalmente conquistada em 1988, concluindo um trabalho iniciado há quase trinta anos. Trata-se de excluir esse "ponto fora da curva" do capitalismo brasileiro. A radicalização do projeto liberal caminha no sentido de levar ao extremo a reforma do Estado iniciada nos anos de 1990, privatizando “tudo o que for possível", tanto na área econômica quanto no campo social.

Na gestão macroeconômica, aprofunda-se a arquitetura institucional do chamado "tripé" e reforçam-se as políticas de "austeridade" que, inevitavelmente, geram recessão, debilitam as receitas e tornam o ajuste fiscal um processo sem fim. Essa opção colocou o País, que não estava em crise severa em 2014, em grave recessão, com dois anos seguidos (2015-16) de queda da atividade econômica acumulada em mais de 7% do PIB.

A recessão é funcional para justificar a implantação do Estado Mínimo liberal, pois "não há alternativa", a não ser o corte de gastos "obrigatórios" das políticas sociais consagradas na "Ordem Social" da Constituição. A tese ideológica do "País ingovernável", esgrimida em 1988, voltou a ditar o rumo do debate. Criou-se o "consenso" de que o ajuste fiscal requer modificar o "contrato social da redemocratização". A visão de que as demandas sociais da democracia "não cabem no orçamento" teve êxito, ironicamente, num país que paga taxas reais de juros obscenas na comparação internacional: o maior programa de transferência de renda para ricos do planeta. E ainda dizem que "não há almoço grátis".

O processo de destruição do Estado Social pela asfixia financeira está sendo encenado em quatro atos principais.

Primeiro, amplia-se a desvinculação constitucional de recursos das políticas sociais, ato viabilizado pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 31/2016, que elevou de 20% para 30% a Desvinculação de Receitas da União – DRU.

Segundo, o chamado "Novo Regime Fiscal" (PEC 55/2016) que criou, por 20 anos, um teto para crescimento das despesas sociais.

Terceiro, o fim de vinculações de recursos para a área social, decretado, na prática, pelo "Novo Regime Fiscal".

Quarto, a Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional, que não enfrenta a injustiça fiscal e tem por propósito simplificar a estrutura de impostos, pela criação do Imposto de Valor Adicionado (IVA) e extinção das fontes de financiamento da área social asseguradas pela Constituição de 1988.

Roberto Parizotti/CUT

A destruição do Estado Social de 1988 prossegue com a reforma da Previdência Social que impõe, para um dos países mais desiguais e heterogêneos do mundo, regras restritivas para a aposentadoria, mais restritivas, aqui, que as praticadas em nações muito menos desiguais.

A tragédia anunciada da desproteção social dos idosos está sendo desenhada nesse momento. A extinção do direito a proteção na velhice, em curso, agride o artigo 25 da clássica Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

No campo dos direitos trabalhistas e sindicais retrocederemos ao início do século 20. A recente aprovação da terceirização irrestrita (Projeto de Lei nº 4.302/98) poderá minar a estrutura dos empregos com carteira assinada, rebaixar salários, retirar direitos e ampliar a rotatividade.

A reforma trabalhista (Projeto de Lei nº 6.787/2016), que altera mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, quebra a espinha dorsal dos sindicatos. Dentre tantos retrocessos, destaca-se o que se tem chamado de "o acordado sobre o legislado". As negociações entre trabalhadores e empresas passam a prevalecer sobre a lei, o que solapa a representação sindical e a atuação da Justiça do Trabalho, abrindo espaço para a regressão de direitos.

Os vínculos trabalhistas flexíveis serão amplificados pelo reforço da contratação de empregado temporário e por prazo determinado. A instituição do "trabalho intermitente" e do *home office* permite a contratação por hora de serviço, sem pagamento de direitos. A jornada de trabalho poderá ser de 12 horas diárias e de 48 horas semanais. As férias poderão ser divididas em três períodos.

Destaca-se ainda o Projeto de Lei nº 6.442/2016 que "Institui normas reguladoras do trabalho rural". Esse Projeto de Lei viola a Constituição Federal e revoga instrumentos normativos previstos na CLT, sobretudo no que se refere ao direito à igualdade de tratamento entre trabalhadores urbanos e rurais, implicando extrema precarização das relações de trabalho no meio rural.

Em síntese, o período 2016-18 pode representar o fim de um breve ciclo improvável de construção embrionária da cidadania social no Brasil. Caíram as máscaras. Em meio século, o Brasil não mudou. O arcaico voltou a dar as caras sem pudor, desta vez como sócio menor de uma coalizão política, financeira e empresarial que, ao perder as eleições, resolveu assumir o controle do governo pela via do golpe.

A utopia pode ter eclipsado a realidade, tão cristalinamente clara, de que a democracia e a cidadania social são corpos secularmente estranhos ao capitalismo brasileiro.

A ironia é que o *impeachment* do incipiente processo civilizatório seja urdido por uma coalizão política não legitimada pelo voto popular e licenciosa no trato do interesse público. Qual a legitimidade desse governo e desse Congresso para implantar a "toque de caixa" um projeto liberal ao extremo que interditará o futuro do País?

https://www.cartacapital.com.br/politica/direitos-roubados-o-fim-do-breve-ciclo-de-cidadania-social-no-brasil

TUXAUA

BOLETIM INFORMATIVO

20 de abril de 2017 | 046

Opinião

Hora de defender conquistas fundamentais da democracia

A noção dos direitos relativos à liberdade, à igualdade e à solidariedade, no Brasil, está cada vez mais viva no plano do discurso e da retórica, mas não corresponde à realidade prática.

*Rubens Naves

Crédito da Imagem: Rodrigo Leão

Neste momento de acirramento de divisões ideológicas, econômicas e sociais, no Brasil e no mundo, atores que reconhecem o valor do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Humanos precisam superar as próprias divisões – menores – no sentido de construir e ampliar consensos pela defesa de princípios, valores, normas, práticas e políticas públicas sem as quais as maiores conquistas do atual patamar de civilização poderão ser corroídas e perdidas.

A noção dos direitos relativos à liberdade, à igualdade e à solidariedade, no Brasil, está cada vez mais viva no plano do discurso e da retórica, mas não corresponde à realidade prática. São considerados, ainda, por meio de uma desqualificação perversa, como excessivos e sem razão de existir. Uma espécie de preciosismo humanista. Supérfluo. Fora do lugar. Atribuídos a pessoas que não os merecem.

No entanto, é o respeito a esses direitos, liberdades e garantias a via que leva e assegura a sociedade livre, democrática e solidária que buscamos.

As políticas públicas que são construídas com esse objetivo devem visar a prática desses direitos. Sem isso, não haverá democracia, nem eliminaremos os bolsões autoritários para o pleno exercício da cidadania.

ALGUMAS CAUSAS VITAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

■ Maior eficácia do Estado no combate à corrupção e à criminalidade em geral, especialmente no que tange à identificação e responsabilização dos infratores violentos e dos que cometem crimes econômicos de envergadura.
■ Um Sistema de Justiça mais eficiente, austero, apartidário e imparcial, socialmente responsável, transparente, previsível em sua fidelidade à ordem constitucional, menos elitista, e atualizado em relação às evidências empíricas indispensáveis para identificar as melhores práticas, propiciadoras de segurança jurídica, pacificação e harmonia social, com redução efetiva da criminalidade, prevenção de conflitos violentos e recuperação de infratores.
■ Engajamento amplo, constante e decidido da sociedade civil comprometida com o Estado Democrático de Direito e com os Direitos Humanos contra violações e retrocessos já presentes ou que estão sendo articulados por grupos de interesse descomprometidos com esses ideais, como, por exemplo:

Atuação policial historicamente violadora de direitos básicos e com alguns dos maiores índices mundiais de letalidade contra habitantes das periferias econômicas da sociedade, sobretudo jovens negros pobres;
Crescente superencarceramento que joga centenas de milhares de pessoas acusadas de crimes de baixa periculosidade em masmorras indignas e controladas pelo crime organizado;
Reação moralista/punitivista ao processo de avanço em relação ao reconhecimento e ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes infratores e em situação de vulnerabilidade;
Manutenção de uma das mais retrógradas e desastrosas políticas para drogas ilícitas do planeta, mais norteada por apelos demagógicos de comunicadores e políticos do que pelo conhecimento científico e pela observação e aplicação das melhores experiências brasileiras e internacionais;
Ameaça de grave regressão em relação à vigente restrição à posse, ao porte, à comercialização e circulação de armas no País;
Promoção – por boa parte da mídia, da classe política e dos representantes do Sistema de Justiça – de um punitivismo exacerbado e ineficaz, que expõe na sua principal vitrine castigos rigorosos para alguns acusados de casos muito divulgados de corrupção, mas cujo avanço incide majoritariamente nas populações historicamente excluídas de direitos. Avanço que implica, entre outros retrocessos, poderes desproporcionais concedidos à polícia e à acusação, limitação da defesa, aceitação de provas ilícitas, relativização e subjetivação de provas. No limite, isto abre caminho para a aceitação de tortura e de execuções sumárias.

COMO AVANÇAR?

Caminhamos para as eleições presidenciais e congressuais em 2018 – oportunidade para um acerto de contas da sociedade brasileira – com o país dividido, marcado pela desesperança. Esta se torna sinônimo de intolerância e radicalidade. E – mais importante – sem regras claras para a escolha de um projeto de nação. De país que respeita compromissos internacionais com os direitos humanos.

O objetivo primordial é sair da crise com democracia e a paz social, que é um bem precioso e deve ser mantida por meio do diálogo e não com mais repressão. O Brasil viveu muitas oportunidades de mudanças. Precisamos, sim, de reformas e de representantes que representem a sociedade. E que não se corrompam como pessoas públicas.

Cumpre-nos avançar no sentido de apontar uma agenda mínima que permita convocar os que valorizam os direitos humanos para se articularem em torno de metas claras e capazes de mobilizar um amplo espectro ideológico, como a resistência ativa a discursos de discriminação, violência e ódio que estão ganhando força e ameaçam um inédito e perigoso protagonismo nas próximas eleições presidenciais, em especial impedindo o retrocesso social.

* Advogado, fundador do escritório Rubens Naves Santos Jr Advogados, que está completando 40 anos e um dos autores do livro História da Cidadania, editora Contexto.

http://diplomatique.org.br/hora-de-defender-conquistas-fundamentais-da-democracia/

Acontecendo

Até crianças cruzaram os braços na greve geral de 1917

Elas trabalhavam nas fábricas e, como as mulheres, ganhavam menos ainda que os homens. Há 100 anos todos pararam, lutando por seus direitos

Luiza Villaméa

As oficinas eram insalubres. A jornada de trabalho girava em torno de 14 horas. Não havia descanso remunerado. Era ruim para todo mundo, mas mulheres e crianças sofriam ainda mais. Trabalhavam o mesmo tanto e recebiam menos que os homens. Junte-se a isso uma guerra na Europa, escassez nas prateleiras e carestia galopante.

A primeira fábrica a parar foi a Crespi, como era conhecido o Cotonifício Rodolfo Crespi, uma das maiores indústrias têxteis de São Paulo. Inaugurada em 1897, ficava perto da Hospedaria dos Imigrantes, primeira parada dos estrangeiros que chegavam à cidade em busca de uma vida melhor. Cerca de 75% dos trabalhadores da Crespi eram de origem italiana.

Em junho de 1917, os operários da tecelagem pediram 20% de aumento e melhores condições de trabalho. Não levaram. Foi o estopim para a primeira greve geral de São Paulo. Poucos dias depois, a Antártica parou. Na sequência, a greve se generalizou, inspirada no socialismo e anarquismo difundidos por militantes como o jornalista Edgard Leuenroth.

Apontado pela polícia como autor "psíquico-intelectual" da greve, Leuenroth registrou o momento: "Paralisava-se a vida laboriosa de São Paulo que não pode parar, para dar lugar a uma convulsão popular sem precedentes na vida paulistana. A polícia entrou em ação. Começaram os choques com as multidões. Dos encontros resultaram vítimas de ambos os lados".

Uma das vítimas foi o sapateiro Jose Martinez, militante anarquista espanhol de 21 anos, morto durante manifestação em frente à tecelagem Mariângela, no Brás. Calcula-se que mais de dez mil pessoas acompanharam seu enterro pelas ruas de São Paulo, até o cemitério do Araxá, onde oradores inflamados se revezaram à beira do túmulo. Durante mais de um mês, as fábricas e o comércio permaneceram parados. Saques começaram a acontecer depois que uma carroça de pão foi assaltada na rua Rangel Pestana, também no Brás. Demorou, mas o então recém-formado Comitê de Defesa Proletária, com a intermediação de um grupo de jornalistas, conseguiu negociar o fim da greve.
Eles conquistaram um aumento geral de 20%, o direito à associação e a não demissão dos grevistas, mas, na prática, a greve de 1917 não passou do início de lutas mais amplas. Quanto ao trabalho infantil, o governo se comprometeu apenas a interceder "para que sejam estudadas e votadas medidas que protejam os trabalhadores menores e as mulheres no trabalho noturno".

http://brasileiros.com.br/2017/04/ate-criancas-cruzaram-os-bracos-na-greve-geral-de-1917/

Leia também:

Greve geral: tudo vai parar dia 28 de abril

http://cut.org.br/noticias/greve-geral-tudo-vai-parar-dia-28-de-abril-fef8/

Acontecendo

DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO

Previdência Social:
Fundamentos Doutrinais, Éticos e Sociais

21 de abril às 8h30
(Sexta-feira, feriado)

Convidados

Carlos Gabas
Fundação Perseu Abramo

Marlos Antonio Köhler
Instituto Teotônio Vilela

Renato Casagrande
Fundação João Mangabeira

Façamos do 21 de abril uma data tão republicana quanto foi o martírio de Tiradentes

Entrada franca

OLMA

Informações: **3426-0400** | **www.ccbnet.org.br**
Endereço: L2 Norte (SGAN) Quadra 601 mód. B

Seminário
ESTRATÉGIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
Desenvolvimento, soberania e inclusão

Programa

10h - 13h
Instrumentos de desenvolvimento para a indústria brasileira
Mediação: Tereza Cruvinel - jornalista do Brasil 247
Fernando Sarti - professor de Economia da Universidade de Campinas - SP
Vanessa Petrelli - professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia - MG
Sergio Gabrielli - professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia e ex-presidente da Petrobrás

14h30 - 17h
Cenário Internacional e macroeconomia para o desenvolvimento
Mediação: Sérgio Lírio - jornalista e editor da Carta Capital
Laura Carvalho - professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo - SP
Ricardo Carneiro - professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP e ex- diretor Executivo para o Brasil do BID
Carlos Pinkusfeld Bastos - professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

17h30 - 19h30
Brasil, desenvolvimento e soberania
Luiz Inácio Lula da Silva
Gleisi Hoffmann - líder do PT no Senado
Carlos Zaratinni - líder do PT na Câmara dos Deputados
Márcio Pochmann - Fundação Perseu Abramo

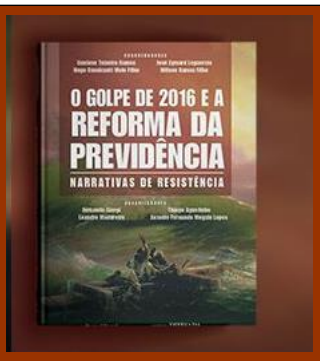
24 de abril
Endereço:
CICB - Centro Internacional de Convenções do Brasil
SCES Trecho 2, Conjunto 63, Lote 50 - Asa Sul - Brasília
Informações:
(61) 3214-9126 ou 3303-3191

PT no Senado PT na Câmara FUNDAÇÃO Perseu Abramo

As Lideranças do PT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e a Fundação Perseu Abramo convidam para o seminário "Estratégias para a economia brasileira: desenvolvimento, soberania e inclusão". O evento será realizado em Brasília no dia 24 de abril, a partir das 10h, com participação de economistas, parlamentares e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O seminário objetiva contribuir para formulação de uma estratégia inclusiva de desenvolvimento em resposta à retomada neoliberal que tomou de assalto o País.

Os debates serão sobre macroeconomia e os principais instrumentos para promover o desenvolvimento industrial, de forma a garantir a soberania nacional.



Coordenadores
Gustavo Teixeira Ramos
Hugo Cavalcanti Melo Filho
José Eymard Loguercio
Wilson Ramos Filho

Organizadores
Fernando Giorgi
Leandro Madureira
Thiago Agustinho
Antonio Fernando Megale Lopes

conferência

TRABALHO NO SUL GLOBAL

neoliberalismo e lutas sociais

A Escola DIEESE de Ciências do Trabalho convida você para a conferência **Trabalho no Sul Global - neoliberalismo e lutas sociais**. O palestrante será o professor Ruy Braga, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Inscreva-se, até 26 de abril, pelo e-mail contatoescola@dieese.org.br.

Esperamos por você!

27/04/2017
19H
Auditório da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho
Rua Aurora, 957 - Centro de São Paulo
(próximo ao Metrô República, saída pela rua do Arouche)

Mais informações
contatoescola@dieese.org.br
(11) 3821-2150 e 3821-2155

ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

BOLETIM inFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

Cleiton Silva
Presidente

Sebastião Tavares
Vice-presidente

Sonia Rocha
Secretária-geral

Conceição Costa
Secretaria de Finanças

José Avelino
Secretário de Assuntos Jurídicos

Clever Bonfim
Secretário de Organização do Ramo Financeiro

Jacy Afonso
Secretário de Formação Sindical

Sérgio Trindade
Secretário de Imprensa

Arílson Silva
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Juliano Braga
Secretário de Saúde e Condições de Trabalho

Carlos Longo
Secretário de Política de Igualdade

Neide Rodrigues
Secretária de Bancos Privados

André Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Gomes
Secretário de Política Socioambiental

José Pinheiro
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida
Secretária da Mulher

Edmar Batistela
Secretário da Juventude

Manoel Parreira
Secretário de Combate ao Racismo

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré–mawé,* por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim InFormativo da Secretaria de Formação
FETEC-CUT/Centro Norte
Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br